



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002105-13.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **SANDRO DE GOUVEA**
 Requerido: **Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado uma viagem junto à ré para sua esposa e sua filha.

Alegou ainda que na data prevista elas não puderam embarcar por ausência de documentação consistente na autorização para a viagem de sua filha somente na companhia da genitora.

Atribuiu esse fato à falha da ré, postulando por isso o recebimento de indenização para o ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

Reputo a partir do exame dos autos que incorreu falha da ré na prestação dos serviços a seu cargo.

Isso porque consta expressamente no contrato firmado entre as partes cláusula a propósito da situação especial de viagem de menores de dezoito anos (cláusula 7 – fl. 09).

Idêntica advertência está consignada no voucher da viagem encaminhado ao autor (fl. 18), valendo registrar que esses dois documentos instruíram o relato exordial.

Deveriam, portanto, ser de conhecimento dele se tivesse lido os documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nesse contexto, e ainda que a ré no ato da contratação ou posteriormente não tenha feito referência ao assunto, isso não assumiu maior relevância.

As informações que eram obrigatórias à ré prestar devem ser compreendidas no cotejo com os documentos entregues ao autor, concluindo-se diante da clareza dos mesmos que o que levou ao desfecho noticiado foi a falta de atenção dele e não qualquer desídia da ré.

Ele, por isso, não faz jus ao recebimento da indenização postulada, não se envolvendo conduta ilícita da ré que rendesse ensejo a tanto.

Assinalo, por fim, que diante das peculiaridades do caso é razoável supor que não houve possibilidade de comercialização dos lugares adquiridos pelo autor, o que justifica o recebimento da restituição no patamar em que se deu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**